



EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A
 Av. Senador Dinarte Medeiros Mariz, Centro de Convenções de Natal - Bairro Ponta Negra, Natal/RN, CEP 59090-002
 Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.emprotur.setur.rn.gov.br

CONTRATO Nº 19/2021

Processo nº 12610022.001022/2021-08

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MARKETING QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A, E A SUPERAÇÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI.

A **EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.202.792/0001-30, com sede no Avenida Senador Dinarte Mariz (Via Costeira), 6800 - Centro de Convenções de Natal, Ponta Negra, Natal/RN, CEP 59.090-002, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor Vice Presidente, Senhor RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] e do CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado à [REDACTED] e por sua Diretora de Marketing a Sra. MOLGA DE ARAÚJO DIAS FREIRE, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED], inscrita no CPF sob nº [REDACTED], e a empresa **SUPERAÇÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI.**, CNPJ nº 22.289.624/0001-03, estabelecida na Rua Albacora, nº 42, Praia da Pipa, Tibau do Sul - RN, CEP: 59178-000, neste ato representada por ERIVALDO DA COSTA VALE, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade R.G. n 1.577.125 ITEP/RN e CPF/MF [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, que têm, entre si, acordado os termos deste contrato, Processo Administrativo SEI nº 12610022.001022/2021-08, vencedora da seleção mediante os termos e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa **SUPERAÇÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI**. Operadora para apoio aos eventos, 21k de Pipa, que ocorrerá em 16 de Outubro de 2021 e 21k de Pipa Night Run, no dia 18 de Dezembro de 2021, ambos na modalidade 100% presencial, conforme detalhado no termo de referência de ID 10211388.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto deste Contrato, o valor global de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da **CONTRATADA** ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser executado sem ônus adicional à **CONTRATANTE**.

Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a **CONTRATADA** deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na Lei 13.303/2016 e art. 23 da Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MP).

Os preços constantes da proposta anexa a este Contrato são de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

A **CONTRATADA** é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários na planilha de custos e formação de preços. Portanto, em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

cotação de percentual maior que o adequado: para atender as orientações dos Acórdãos TCU nº 3.037/2009-Plenário, nº 1.696/2010-2ª Câmara, nº 1.442/2010-2ª Câmara e nº 387/2010-2ª Câmara, o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa/dedução, quando do pagamento ou da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A previsão de recursos orçamentários para a execução dos serviços durante o exercício de 2021 consta na Lei Orçamentária Anual - 2020, na seguinte dotação orçamentária:

- Projeto de atividade: 302501 - Desenvolver os segmentos do turismo do RN I;
- Elemento de Despesa: 33.90.39.88 - Serviços de publicidade e propaganda
- Fonte de Recursos: Fonte de Recursos: 100 - Recursos Ordinários do Tesouro Estadual no valor de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais) .

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente contrato terá duração de 10 (dez) meses a contar da data da sua assinatura, podendo prorrogar a vigência, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade.

4.2 - A critério da CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, este Contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, até o limite de 5 (cinco) anos, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração das condições e dos preços contratados.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS E METODOLOGIAS DE EXECUÇÃO

5.1 - A descrição e metodologia de execução dos serviços constam do Projeto Básico da contratação (ID [10211388](#)).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

6.1.1 - Operar como organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.

6.1.2 - Executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados e de veículos de divulgação – todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela CONTRATANTE.

6.1.3 - A Contratada assumirá integral responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos pessoais ou materiais causados à EMPROTUR, ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e/ou prepostos, na execução do objeto da presente contratação;

6.1.4 - A Contratada, a partir do momento em que for notificada formalmente pela EMPROTUR, deverá ressarcir a empresa pelo(s) valor (es) pago(s) por multas impostas por órgãos públicos ou de classe que exerçam fiscalização sobre a execução do objeto contratado. Nas despesas a que se refere o caput da presente cláusula, também incluem-se àquelas despesas havidas com os advogados que vierem a atuar no objeto da defesa administrativa ou judicial com vista a afastar as autuações e multas impostas decorrentes da execução do objeto contratado, bem como das custas relativas a despesas judiciais e administrativas, aqui se incluindo, mas não se limitando àquelas havias com as custas com fotocópias, autenticações, reconhecimento de firmas, despesas cartoriais de toda a sorte, o pagamento de peritos judiciais, designação de prepostos e testemunhas necessárias à defesa da empresa e as despesas com deslocamento, passagens aéreas e terrestres, locação de veículos, utilização de ônibus, táxis e veículos próprios da Contratante e as estadias em hotéis, despesas de refeição e telefonemas, desde que devidamente comprovadas;

6.1.5 - A Contratada fica obrigada a manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação junto ao Cadastro de Fornecedores da EMPROTUR;

6.1.6 - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Contratante.

6.1.7 – A contratada deverá cumprir integralmente a proposta de ID 10215871, especialmente as inserções de marketing, logomarcas, divulgação e entrevistas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

7.1.1 - cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com A CONTRATADA;

fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

7.1.2 - proporcionar condições para a boa execução dos serviços;

verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas aos honorários devidos às CONTRATADAS e às condições de contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, pela CONTRATADA;

7.1.3 - notificar, formal e tempestivamente, A CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;

7.1.4 - notificar A CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

efetuar os pagamentos às CONTRATADAS nas condições e preços pactuados.

7.1.5- A CONTRATANTE comunicará às CONTRATADAS por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - A Gestão do contrato será realizada pela Gerência de Comunicação e Marketing da EMPROTUR e fica indicado para a Fiscalização do contrato a empregada pública NAYARA CRISTINA SANTANA DA SILVA, Matrícula 219.044-3, CPF: 071.642.994-20, e-mail: nayaracsturismo@gmail.com, conforme preconiza o art. 199 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos Administrativos e Projetos da EMPROTUR: <http://adcon.mn.gov.br/ACERVO/setur/DOC/DOC00000000213227.PDF>

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1 - A Contratada deverá entregar até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação do serviço, ao Setor de Protocolo da EMPROTUR, Nota Fiscal dos serviços, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei 8.212/91 e alterações posteriores.

9.2 - A atestação da Nota Fiscal correspondente à prestação dos serviços caberá ao fiscal do contrato ou ao empregado formalmente designado para esse fim.

9.3 - No caso das notas fiscais serem emitidas e entregues à Contratante em data posterior à indicada anteriormente, será imputado à Contratada o pagamento de eventuais encargos moratórios decorrentes.

9.4 - O pagamento a favor do licitante vencedor será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal, observada a ordem cronológica estabelecida na Resolução 032/2016 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

9.5 - Para fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débitos relativas ao FGTS, à Previdência, ao trabalho, situação fiscal tributária federal, certidão negativa de tributos estaduais e municipais, bem como outros documentos pertinentes à execução contratual.

9.6 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e documentação discriminada anteriormente, sem que isso gere direito de reajustamento de preços, correção monetária ou encargos moratórios.

9.7 - Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9.8 - Se houver atraso após o prazo previsto, as faturas serão pagas acrescidas de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicados pro rata die da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela Empresa.

9.9 - A Empresa Potiguar de Promoção Turística S/A reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

9.10 - O pagamento será feito por meio de ordem bancária em conta a ser indicada pela contratada cuja ordem bancária dará quitação ao pagamento, e nos termos da lei, será debitado do valor devido à EMPROTUR, referente ao fornecimento dos serviços, os valores relativos aos tributos e contribuições sociais.

9.11 - O CNPJ contido na Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá ser o mesmo que estiver registrado no contrato celebrado ou instrumento equivalente, independente da favorecida ser matriz, filial, sucursal ou agência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - Os preços são fixos e irrevogáveis.

10.2 - O contrato poderá ser alterado, mediante justificativa e por acordos das Partes para restabelecer a relação pactuada inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando as possibilidades de aumento ou diminuição de quantitativo e valores, nos termos da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 - Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o descumprimento de obrigações contratuais;

II - a alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da EMPROTUR, observado o RILCOP/EMPROTUR;

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da EMPROTUR.

III - o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

VI - a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, desde que prejudique a execução do contrato;

VIII - razões de interesse da EMPROTUR, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

IX - o atraso superior a 90 (noventa) dias úteis nos pagamentos devidos pela EMPROTUR, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

X - a não liberação, por parte da EMPROTUR, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XI - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XII - a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XIII - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIV - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XV - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

XVI - ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XVII - ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVIII - ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XIX - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XX - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XXI - ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

- corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da EMPROTUR no processo licitatório ou na execução do contrato;
- fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
- colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da EMPROTUR, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- coercitiva: causar danos ou ameaçar, direta ou indiretamente, às pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

A rescisão do contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a EMPROTUR;

III - judicial, nos termos da legislação.

A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos prestados pela EMPROTUR, o prazo a que se refere o § 1º será de 180 (cento e oitenta) dias.

Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização;

A rescisão por ato unilateral da EMPROTUR acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILCOP/EMPROTUR:

I - assunção imediata do objeto contratado, pela EMPROTUR, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela EMPROTUR;

III - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à EMPROTUR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 - O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções administrativas:

Advertência;

12.2 - Suspensão temporária de participação da seleção interna;

12.3 - Multa de mora e multa compensatória;

12.4 - Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 02 (dois) anos;

12.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

12.6 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

12.7 - As sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado da autoridade competente.

12.8 - Nas sanções aplicadas serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF pela CONTRATANTE.

12.9 - A CONTRATANTE comunicará, por escrito, à CONTRATADA que as sanções foram registradas no SICAF.

12.10 - A aplicação das sanções observará as seguintes disposições:

12.11 - A advertência, a suspensão temporária de participação da seleção interna e as multas serão aplicadas pelo fiscal deste contrato;

12.12 - Caberá ao titular do CONTRATANTE aplicar a suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração e declarar a inidoneidade.

12.13 - A sanção de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.14 - Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente;

12.15 - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços, a juízo da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

12.16 - No ato de advertência, a CONTRATANTE estipulará prazo para o cumprimento da obrigação ou responsabilidade.

12.17 - A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados.

12.18 - A CONTRATADA estará sujeita à multa compensatória de:

12.18.1 - 1% (um por cento), calculada sobre o valor da nota fiscal correspondente ao material ou ao serviço em que tenha ocorrida a falta, quando caracterizada a inexecução parcial ou a execução insatisfatória deste contrato;

12.18.2 - 1% (um por cento), calculada sobre o valor que reste executar deste contrato ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pela:

inexecução total deste contrato;

12.18.3 - pela interrupção da execução deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

12.18.4 - Até 1% (um por cento) sobre o valor que reste executar deste contrato ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, respeitado o acima disposto neste subitem.

12.19 - A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à CONTRATADA se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

12.19.1 - Por até 06 (seis) meses:

12.19.1.1 - atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para a CONTRATANTE;

12.19.1.2 - execução insatisfatória do objeto deste contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa.

12.20 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo à CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções.

12.20.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada à CONTRATADA se, entre outros casos:

12.20.2 - Sofrer condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, praticada por meios dolosos;

12.20.3 - Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados;

12.20.4 - Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da CONTRATANTE.

12.20.5 - A declaração de inidoneidade implica proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.21 - O recurso referente à aplicação de sanções deverá ser dirigido à autoridade imediatamente superior, por intermédio daquela responsável pela sua aplicação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, enviá-lo à instância superior, devidamente motivado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

12.22 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, respondendo ainda a CONTRATADA por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do parágrafo único do art. 416 do Código Civil Brasileiro.

12.23 - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, incluída a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.

12.24 - O valor das multas poderá ser descontado da garantia constituída, do valor da fatura de quaisquer serviços referentes ao presente contrato, cobrado diretamente ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente da CONTRATADA.

12.25 - O valor das multas deverá ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 - A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– MATRIZ DE RISCO

14.1 - Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com o art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora de equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação. A seguir é apresentado a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, importantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença e a previsão de eventual necessidade de prolação de Termo Aditivo, quando de sua ocorrência:

TIPO	DE	MOTIVO	SEVERIDADE	PROBABILIDADE	RISCO	AÇÕES	RESPONSABILIDADE	RESPONSABILIDADE
------	----	--------	------------	---------------	-------	-------	------------------	------------------

RISCO				MITIGADORAS	DA CONTRATADA	DA CONTRATANTE
Aumento do custo e das despesas necessárias a realização dos serviços contratados, além dos níveis inflacionários	Elevação dos preços de insumos inerentes ao contrato, acima da inflação, medida pelos indicadores oficiais	2	1	3	Ajustar os preços de alugueis, taxas, serviços adicionais e insumos prevendo todo o período contratual	X
Atraso no pagamento da Nota Fiscal	Descumprimento por parte da CONTRATADA das exigências contratuais; Problemas no Fluxo de Caixa da EMPROTUR	2	2	4	Nomear o fiscal e o gerente do contrato; Acompanhar o fluxo de caixa para a realização do pagamento no prazo pactuado	X

SEVERIDADE BAIXA (1) SEVERIDADE MÉDIA (2) SEVERIDADE ALTA (3)

PROBABILIDADE BAIXA (1) RISCO TRIVIAL (2) RISCO TOLERADO (3) RISCO MODERADO (4)

PROBABILIDADE MÉDIA (2) RISCO TOLERADO (3) RISCO MODERADO (4) RISCO SUBSTANCIAL (5)

PROBABILIDADE ALTA (3) RISCO MODERADO (4) RISCO SUBSTANCIAL (5) RISCO INTOLERÁVEL (6)

NÍVEL DE RISCO AÇÃO

TRIVIAL / IMPORTÂNCIA 2 Risco com pouco impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, facilmente corrigido por ações da parte responsável

TOLERÁVEL / IMPORTÂNCIA 3 Risco com baixo impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Pode-se considerar uma solução mais econômica ou melhorias que não importam custos extras. A monitorização é necessária para assegurar que os controles são mantidos e continuam eficazes, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.

MODERADO / IMPORTÂNCIA 4 Risco com médio impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Devem ser feitos esforços para reduzir o risco, mas os custos de prevenção devem ser cuidadosamente medidos e limitados. As medidas de redução de risco devem ser implementadas dentro do período de tempo definido para o contrato. Quando o risco moderado é associado com severidade alta, uma avaliação posterior pode ser necessária, a fim de estabelecer mais precisamente a probabilidade do dano, como uma base para determinar a necessidade de medidas de controle aperfeiçoada, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.

SUBSTANCIAL / IMPORTÂNCIA 5 Risco com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.

INTOLERÁVEL / IMPORTÂNCIA 6 Risco iminente e com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos consideráveis poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

15.1 - Art. 28, §3º, I da Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos Administrativos e Projetos da EMPROTUR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Natal 19 de julho de 2021.

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A

CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30
RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A

CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30
MOLGA DE ARAÚJO DIAS FREIRE

SUPERAÇÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI

CNPJ nº. 22.289.624/0001-03
ERIVALDO DA COSTA VALE

TESTEMUNHAS:

1º NOME

CPF:

TESTEMUNHAS:

2º NOME

CPF:



Documento assinado eletronicamente por **HYVIRNG FERREIRA, Assessora Técnica**, em 19/07/2021, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MOLGA DE ARAUJO DIAS FREIRE, Diretora de Promoção Turística**, em 19/07/2021, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA, Diretor Vice-Presidente**, em 19/07/2021, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LINDOLFO JONAS BORGES FERREIRA, Assistente Administrativo**, em 19/07/2021, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERIVALDO DA COSTA VALE, Usuário Externo**, em 20/07/2021, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10389471** e o código CRC **5E3E4B7B**.

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30
MOLGA DE ARAÚJO DIAS FREIRE
GUARISA PROJETOS E CONSULTORIA EM DESIGN, COMUNICAÇÃO & MARKETING LTDA.
CNPJ nº. 03.548.181/0001-83
FRANCISCO DE ASSIS MARCIAL GUARISA
TESTEMUNHAS: HYVIRNG FERREIRA, LINDOLFO JONAS BORGES FERREIRA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2021Assunto: **Contratação de empresa Superação Eventos e Turismo Eireli.**

PROCESSO: 12610022.001022/2021-08

CONTRATANTE: Empresa Potiguar de Promoção Turística S/A - EMPROTUR - CNPJ 10.202.792/0001-30.

CONTRATADA: Superação Eventos e Turismo Eireli - CNPJ 22.289.624/0001-03.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa SUPERACÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI. Operadora para apoio aos eventos, 21k de Pipa, que ocorrerá em 16 de Outubro de 2021 e 21k de Pipa Night Run, no dia 18 de Dezembro de 2021, ambos na modalidade 100% presencial, conforme detalhado no termo de referência de ID 10211388.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto deste Contrato, o valor global de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A previsão de recursos orçamentários para a execução dos serviços durante o exercício de 2021 consta na Lei Orçamentária Anual - 2021, na seguinte dotação orçamentária:

- Projeto de atividade: 02501 - Desenvolver os segmentos do turismo do RN I;

- Elemento de Despesa: 33.90.39.88 - Serviços de publicidade e propaganda;

- Fonte de Recursos: Fonte de Recursos: 100 - Recursos Ordinários do Tesouro Estadual no valor de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente contrato terá duração de 10 (dez) meses a contar da data da sua assinatura, podendo prorrogar a vigência, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - A Gestão do contrato será realizada pela Gerência de Comunicação e Marketing da EMPROTUR e fica indicado para a Fiscalização do contrato a empregada pública NAYARA CRISTINA SANTANA DA SILVA, Matrícula 219.044-3, CPF:

071.642.994-20, e-mail: nayaracsturismo@gmail.com, conforme preconiza o art. 199 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos Administrativos e Projetos da

EMPROTUR: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/setur/DOC/DOC000000000213227.PDF>

Natal, 19 de julho de 2021.

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A

CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30

RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA**EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A**

CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30

MOLGA DE ARAÚJO DIAS FREIRE**SUPERACÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI**

CNPJ nº. 22.289.624/0001-03

ERIVALDO DA COSTA VALE**TESTEMUNHAS: HYVIRNG FERREIRA, LINDOLFO JONAS BORGES FERREIRA**

TERMO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO REFERENTE À INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12610025.000657/2021-50

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e suas atualizações posteriores;

Considerando que a Administração Pública não pode se desvincular dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, obedecendo aos princípios previstos no art.37 da Constituição Federal;

Considerando o exposto, o Diretor Vice Presidente da EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA - EMPROTUR, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o TERMO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2021, Id. nº (8932682), referente ao processo nº 12610025.000657/2021-50, conforme matéria publicada em 24 de março de 2021 no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte - DOE, edição nº 14.892, Id. nº (8950887), em favor da J. PASQUINI ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.063.418/0001-02. Objeto: Contratação direta de empresa para participação

do estado do Rio Grande do Norte no evento virtual BUSINESS DAY MEETING BRASIL 2021, pelo valor global de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), com fundamento legal no art. 30, da Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 (Estatuto das Estatais) e em consonância com o Regulamento Interno de Licitações - RIL, em decorrência do cancelamento do evento por falta de adesão mínima de empresários brasileiros no evento, devendo por isso ser anulado, tornado sem efeito o termo e a publicação em tela. De acordo com o princípio da autotutela em que a administração pública pode rever seus atos administrativos. Natal/RN, 23 de julho de 2021

(assinado eletronicamente)

RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA

Diretor Vice Presidente

Matrícula 219.196-2

PROCESSO Nº. 12610025.001541/2021-38.

ASSUNTO: (Participação do Rio Grande do Norte na ABAV COLLAB/2020)

INTERESSADO: EMPROTUR

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2021

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer questões relacionadas a esta Inexigibilidade, não resolvidas pelos meios administrativos.

OBJETO: Contratação direta de empresa para participação do estado do Rio Grande do Norte na 10ª edição BTM - Brazil Travel. A 10ª edição BTM - Brazil Travel, que acontecerá de 22 e 23 de outubro de 2021, no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza/CE. O BTM - Brazil Travel Market é um dos mais importantes eventos de negócios do setor de viagem e turismo com foco no mercado B2B do Brasil. Para os destinos é o evento ideal e estratégico para promover seus atrativos, realizar negócios e potencializar sua rede de relacionamento. Que objetivo é reunir e promover a integração do setor de viagens e turismo, além de oferecer novos produtos ao mercado. O evento recebe Feira, Fórum, Capacitações e Rodada de negócios. O BTM é realizado e organizado pela BBC Eventos, com início em 2010, em formato de workshop, contando com presença de 60 expositores e 200 agentes e operadores de viagens visitantes, vindos dos estados de PE, PB, AL e RN. Já em sua 9ª edição, que aconteceu em outubro de 2019, contou com a presença de 4.000 profissionais do turismo, vindos em caravanas de todo Brasil, 240 estandes, tornando-se um dos maiores eventos B2B de turismo realizado no Brasil.

JUSTIFICATIVA: A pandemia da COVID-19 afastou as pessoas, restringiu viagens e fechou fronteiras. Mas com a chegada da vacina, a indústria do turismo entende que é o momento de reconexão, de reduzir a distância e voltar às origens que consolidaram como os eventos e negócios turísticos. A BTM - Brazil Travel Market, nasceu há mais de três décadas com a missão de conectar marcas, destinos e pessoas para contribuir no desenvolvimento do Turismo. Mais do que nunca, este trabalho de reconexão será fundamental para a retomada no pós-pandemia essa indústria tão importante para a economia mundial. Em 2021 uma nova era começou. Com toda a segurança da última edição, mas com ainda mais possibilidades para o crescimento dos negócios e fortalecimento das marcas. A BTM - Brazil Travel Market - é um evento que desde o seu surgimento tem o grande objetivo de reunir e promover a integração do setor de viagens e turismo. Ele é realizado e organizado pela BBC Eventos, tendo o seu início no ano de 2010, em formato de workshop, contando com a presença de 60 expositores e 200 agentes e operadores de viagens visitantes. Ao longo dos anos, o evento cresceu e tornou-se referência dentro do segmento turístico. Em sua 9ª edição, ocorrida em outubro de 2019, o BTM contou com a presença de 500 marcas, 4.000 profissionais da área, hosted buyers e 240 estandes, tornando-se, assim, um dos maiores eventos B2B de viagens e turismo realizados no país. Além de oferecer produtos e serviços inovadores ao mercado, o BTM conta com Feira, Fórum, Capacitações e Rodada de Negócios. Grandes players do turismo já passaram pelo evento e marcos memoráveis aconteceram. Diante do exposto, a participação do Rio Grande do Norte torna-se estratégica, divulgando o Estado como destino seguro, uma vez que foi o primeiro do Brasil a receber o selo "Safe Travels", concedido pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), ter lançado o selo local "Turismo + Protegido, que capacitou os trabalhadores que atuam direta e indiretamente com a atividade turística no RN, por meio do Sistema Fecomércio. Além de otimizar o encontro com os atores do turismo nacional, com emissores de turistas para o Estado, será otimizado por meio da participação com estande, capacitação, agendamento de reuniões com entidades, órgãos governamentais e empresas.

VALOR GLOBAL: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Projeto de atividade 307001 - Participação em evento no âmbito nacional

Elemento de Despesa: 33.90.39.31 - Inscrição em eventos

Fonte de Recurso: 100 - Recursos ordinários

Valor: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: art. 30, da Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 (Estatuto das Estatais) e em consonância com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emprotur.

CONTRATANTE: Empresa Potiguar de Promoção Turística S/A - EMPROTUR - CNPJ nº 10.202.792/0001-30.

CONTRATADA: Claudio José da Silva Junior - BBC EVENTOS - CNPJ nº 13.916.553/0001-30.

Natal/RN, 23 de julho de 2021.

(Assinado Eletronicamente)

RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA - Diretor Vice Presidente

Aqui tem!**NOTA FISCAL
POTIGUAR****Baixe o aplicativo e
acompanhe suas
compras!****Informe o seu CPF na
Nota Fiscal**
EXERÇA SUA CIDADANIA!**DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES:**nfp.set.rn.gov.br
nfp@set.rn.gov.brAPLICATIVO
NOTA FISCAL
POTIGUARDISPONÍVEL NO
 Google PlayDisponível na
 App Store



EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A
Av. Senador Dinarte Medeiros Mariz, Centro de Convenções de Natal - Bairro Ponta Negra, Natal/RN, CEP 59090-002
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.emprotur.setur.rn.gov.br

TERMO ADITIVO

Processo nº 12610022.001022/2021-08

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2021 DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MARKETING CELEBRADO ENTRE A EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÕES TURÍSTICAS – EMPROTUR E A EMPRESA SUPERAÇÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI.

A EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.202.792/0001-30, com sede no Avenida Senador Dinarte Mariz (Via Costeira), 6800 - Centro de Convenções de Natal, Ponta Negra, Natal/RN, CEP 59.090-002, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor Vice Presidente, Senhor RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 1.800.422 SESED/RN e do CPF nº 069.150.294-35, residente e domiciliado à Rua Dr. José Tavares da Silva, 04, Candelária - San Valle, Natal/RN, CEP 59.066-260, e por sua Diretora de Marketing a Sra. MOLGA DE ARAÚJO DIAS FREIRE, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº. 1.224.979 ITEP/RN, inscrita no CPF sob nº. 779.138.924-04, e a empresa **SUPERAÇÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI.**, CNPJ nº. 22.289.624/0001-03, estabelecida na Rua Albacora, nº. 42, Praia da Pipa, Tibau do Sul – RN, CEP: 59178-000, neste ato representada por ERIVALDO DA COSTA VALE, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade R.G. n 1.577.125 ITEP/RN e CPF/MF 033.601.064-82, doravante denominada **CONTRATADA**, que têm, entre si, acordado os termos deste contrato, Processo Administrativo SEI nº 12610022.001022/2021-08, vencedora da seleção mediante os termos e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do item 9.1 do contrato 19/2021, para que passe a contar com a seguinte redação:

9.1 - A Contratada deverá entregar até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação do serviço, de cada evento (21k de Pipa em 16 de Outubro de 2021 e 21k de Pipa Night Run, no dia 18 de Dezembro de 2021), ao Setor de Protocolo da EMPROTUR, Nota Fiscal dos serviços, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei 8.212/91 e alterações posteriores.

9.1.1 – Apresentada a nota fiscal de cada evento, acima mencionado, poderá ser tomadas as medidas necessárias

para liquidação e pagamento da despesa de cada evento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento está amparado no art. 81, 1º da Lei 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos Administrativos e Projetos da EMPROTUR.

CLÁUSULA TERÇA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado e por estarem as partes de acordo, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Natal, 26 de outubro de 2021.

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A

CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30
RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A

CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30
MOLGA DE ARAÚJO DIAS FREIRE

SUPERAÇÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI

CNPJ nº. 22.289.624/0001-03
ERIVALDO DA COSTA VALE

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

RG n.º:

NOME:

CPF:

RG n.º:



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA, Diretor Vice-Presidente**, em 26/10/2021, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **HYVIRNG FERREIRA, Assessora Técnica**, em 26/10/2021, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de](#)



[janeiro de 2018.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ERIVALDO DA COSTA VALE, Usuário Externo**, em 26/10/2021, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MOLGA DE ARAUJO DIAS FREIRE, Diretora de Promoção Turística**, em 26/10/2021, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.](#)



Documento assinado eletronicamente por **LINDOLFO JONAS BORGES FERREIRA, Assistente Administrativo**, em 27/10/2021, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11736136** e o código CRC **67C76A8A**.

Aviso

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, através da Assessoria de Licitações e Contratos, torna público que realizará no dia 17 de novembro de 2021, às 09h (horário local), licitação para o objeto acima descrito. O Edital com as especificações e seus anexos encontrar-se-á à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br/ e <https://transparencia.caern.com.br/>, na aba "licitações", a partir do dia 29 de outubro de 2021. Informações pelo telefone nº (84) 3232-4178 ou ainda no cpl@caern.com.br. Natal/RN, 28 de outubro de 2021.

Diogo Breno Oliveira Moraes - Assessor de Licitações e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21.02148 - SEI: 03210325.000037/2021-67 - CONTRATANTE: CAERN. CONTRATADA: J L DISTRIBUIDORA EIRELI. OBJETO: Aquisição de refrigeradores para utilização nos laboratórios da CAERN, conforme Termo de Referência, Ordem de Licitação nº 9495 e Processo Licitatório nº 0184/2021. VALOR: R\$ 50.999,91 (cinquenta mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos). PRAZO: O prazo para o fornecimento será 60 (sessenta) dias corridos a contar do recebimento da Ordem Inicial de Fornecimento. FONTE DE RECURSOS: Receita Própria da CAERN, conforme Reserva Orçamentária nº 000863/2021. VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura. VALIDADE: Após Publicação no Diário Oficial do Estado - DOE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.303/2016 do Regulamento Interno das Licitações Contratos e Convênios - RILCC. Natal/RN, 25 de outubro de 2021.

Diogo Breno Oliveira Moraes - Assessor de Licitações e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21.02111 - SEI: 03210327.000198/2021-31 - CONTRATANTE: CAERN. CONTRATADA: AF HIDROELETTRIC EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de ventosas em poliamida, conforme Termo de Referência, Ordem de Licitação nº 9523 e Processo Licitatório nº 0192/2021. VALOR: R\$ 235.315,27 (duzentos e trinta e cinco mil trezentos e quinze reais e sete centavos). PRAZO: Conforme Termo de Referência. FONTE DE RECURSOS: Receita Própria da CAERN, conforme Reserva Orçamentária nº 000902/2021. VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura. VALIDADE: Após Publicação no Diário Oficial do Estado - DOE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.303/2016 do Regulamento Interno das Licitações Contratos e Convênios - RILCC. Natal/RN, 27 de outubro de 2021.

Diogo Breno Oliveira Moraes - Assessor de Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0266/2021 - MODO DE DISPUTA ABERTO ELETRÔNICO - SEI Nº 03210280.000287/2021-61.

Objeto: Aquisição de móveis, conforme Termo de Referência e Ordem de Licitação nº 9828/2021 - DA.

Aviso

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, através da Assessoria de Licitações e Contratos, torna público que realizará no dia 16 de novembro de 2021, às 09h (horário local), licitação para o objeto acima descrito. O Edital com as especificações e seus anexos encontrar-se-á à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br/ e <https://transparencia.caern.com.br/>, na aba "licitações", a partir do dia 29 de outubro de 2021. Informações pelo telefone nº (84) 3232-4178 ou ainda no cpl@caern.com.br. Natal/RN, 28 de outubro de 2021.

Diogo Breno Oliveira Moraes - Assessor de Licitações e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21.02122 - SEI: 03210117.000054/2021-50 - CONTRATANTE: CAERN. CONTRATADA: CONSTUTORA CRISTAL LTDA: Contratação para execução dos serviços de engenharia relativos à complementação das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário nas regiões de San Vale, Capim Macio e Neópolis. VALOR: R\$ 31.061.404,20 (trinta e um milhões, sessenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e vinte centavos). PRAZO: O prazo de execução dos serviços de 530 (quinhentos e trinta) dias, contados a partir da data do recebimento, pela contratada da Ordem Inicial de Serviços. FONTE DE RECURSOS: Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, de acordo com o Termo de Compromisso nº 408.715-78/2013. VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura. VALIDADE: Após Publicação no Diário Oficial do Estado - DOE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.303/2016 do Regulamento Interno das Licitações Contratos e Convênios - RILCC. Natal/RN, 22 de outubro de 2021.

Diogo Breno Oliveira Moraes - Assessor de Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0267/2021 - MODO DE DISPUTA ABERTO ELETRÔNICO - SEI Nº 03210385.000215/2021-45.

Objeto: Aquisição de Centrífuga Laboratorial, Estufa de Esterilização e Secagem Digital, conforme Termo de Referência e Ordem de Licitação nº 9799/2021 - DA.

Aviso

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, através da Assessoria de Licitações e Contratos, torna público que realizará no dia 16 de novembro de 2021, às 09h (horário local), licitação para o objeto acima descrito. O Edital com as especificações e seus anexos encontrar-se-á à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br/ e <https://transparencia.caern.com.br/>, na aba "licitações", a partir do dia 29 de outubro de 2021. Informações pelo telefone nº (84) 3232-4178 ou ainda no cpl@caern.com.br. Natal/RN, 28 de outubro de 2021.

Diogo Breno Oliveira Moraes - Assessor de Licitações e Contratos

Secretaria de Estado da Saúde Pública

Laboratório Central Dr. Almino Fernandes - LACEN-RN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 00610295.000125/2021-35

Pregão Eletrônico Nº 13/2021.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de refrigeração para a conservação de insumos e amostras biológicas, para atender às necessidades Rede Laboratorial de Saúde Pública (LACEN e Laboratórios Regionais). O Pregoeiro do LACEN-RN, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização da Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por ITEM. DESPACHO - O Diretor Administrativo e Financeiro, Derley Galvão de Oliveira, do Laboratório Central Dr. Almino Fernandes - LACEN-RN, no uso de suas atribuições e com base nas informações do Pregoeiro, resolve homologar o resultado da licitação, Pregão Eletrônico nº 13/2021, da seguinte forma:

EMPRESA	ITENS	Valor R\$
BUNKER COMERCIAL LTDA	01, 02 E 03	550.000,00
TOTAL		550.000,00

Natal, 27 de outubro de 2021.
Derley Galvão de Oliveira
Diretor Administrativo
Matrícula: 219.610-7

Hospital Regional Tarcísio Maia
Comissão Permanente de Licitação
Assunto: Aviso aos Licitantes.

Pregão Eletrônico nº 021/2021 - Processo nº 00610428.000046/2021-71.

Objeto: Aquisição de Medicamentos (Anestésicos).

A Comissão Permanente de Licitações do Hospital Regional Tarcísio Maia, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, o resultado de julgamento relativo à aceitação das propostas de preços do presente certame.

Empresa Ganadora:

L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - ME. - ITEM: 03.

DESERTOS - ITENS: 01 e 02.

FRACASSADO - ITEM: 04.

Mossoró/RN, 28 de outubro de 2021.

Manoel Jácome de Lira

Pregoeiro/HRTM

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES

EXTRATO DE DISPENSA Nº 20/2021 - Processo SEI nº 00610563.000031/2021-59

A Direção Geral do HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES, no uso de suas atribuições legais que foram oferecidas pelo Ato Governamental publicado no DOE nº 13.740 em 10 de agosto de 2016;

R E S O L V E:

1 - Dispensar de procedimento licitatório a empresa RCP COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS EIRELI EPP (CNPJ: 28.031.958/0001-69) para fornecimento de 410 caixas (com 100 unidades) de embalagens descartáveis para quentinhas, no valor de R\$ 15.990,00 (Quinze mil, novecentos e noventa reais) para atender as necessidades do Hospital Pediátrico Maria Alice Fernandes, com base no artigo 24, inciso II da Lei de 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Signatária: Suyame Furtado Ricarte (Diretora Geral)

Natal, 28 de outubro de 2021.

SESAP/COADI/ SAS

CONVOCAÇÃO - Processo Nº 00610230.000569/2021-25 - Ofício 255/2021

A Secretária de Estado de Saúde Pública, visando a aquisição de Medicamentos, em cumprimento a SENTENÇAS JUDICIAIS, convoca Empresas do ramo para apresentarem propostas de preços nas condições especificadas no referido Ofício Circular. Este se encontra disponível na SAS.

Para maiores esclarecimentos, entrar em contato através do telefone (84) 3232-7647, ou do e-mail sas.sesaprn@gmail.com.

Recebimento das propostas: Até 05/11/2021 (Sexta-feira)

Enviar propostas para o e-mail sas.sesaprn@gmail.com contendo:

Documentação (Certidões de Regularidade Fiscal e qualificação técnica) e Proposta de Preços contendo o valor unitário, valor total por item e valor total e assinatura do responsável pela empresa.

Atenciosamente,

Leila de Carvalho Fernandes Oliveira

Subcoordenadora de Aquisições e Suprimentos

Hospital Regional Tarcísio Maia

Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 00610416.000030/2021-06.

Assunto: Suspensão do Pregão Eletrônico nº 025/2021.

A Comissão Permanente de Licitação do Hospital Regional Tarcísio Maia, no uso de suas atribuições legais, torna público a SUSPENSÃO do pregão 025/2021, diante do pedido de esclarecimento do edital temporariamente pela empresa D-OXXI NORDESTE LTDA. Tal suspensão se faz necessário para ajustes no termo de referência e edital, e que será marcada nova data para abertura do certame licitatório.

Mossoró/RN, 28 de outubro de 2021.

Manoel Jácome de Lira

Pregoeiro/HRTM

SESAP-GRP

Processo: 00610025.001985/2021-76

Instrumento: Realinhamento de Preços dos itens 27 e 28 da Ata de RP 012/2021.

Ratifico a decisão da Assessoria Jurídica que por meio do Parecer Jurídico nº 4845/2021 deferiu o pedido de Realinhamento de Preços, da Empresa SUPRAMED DIST. DE PROD. MED. HOSP. E ODONT. - LTDA, passando aos valores de R\$ 23,43 (vinte e três reais e quarenta e três centavos) e R\$ 10,57 (Dez reais e cinquenta e sete centavos), respectivamente.

Natal/RN, 28/10/2021.

CIPRIANO MAIA DE VASCONCELOS

Secretário de Estado da Saúde Pública

Secretaria de Estado do Turismo

Empresa Potiguar de Promoção Turística - EMPROTUR

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 12610006.002765/2020-12

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO N 05/2021 PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS DE ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD E A EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A - EMPROTUR.

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO/SEAD, doravante denominada simplesmente PARTICIPE 01, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.241.788/0001-30, com sede na cidade de Natal, Rodovia BR 101, KM 0, Centro

Administrativo do Estado, neste ato representado pela sua Titular, a Sra. Maria Virgínia Ferreira Lopes, brasileira, viúva, economista, RG 291.768/SSP-RN, inscrita no CPF/MF 146.284.904-06, residente e domiciliado em Natal/RN e a EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A - EMPROTUR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.202.792/0001-30, com sede na cidade de Natal, Av. Senador Dinarte Mariz, S/N, Centro de Convenções de Natal, Ponta Negra, CEP 59.090-002, doravante denominado apenas PARTICIPE 02, neste ato representada pelo seu Diretor Vice Presidente RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº. x.x0x.xx2 - SSP/RN, inscrito no CPF do MF sob nº. xx9.xx0.xx4-3x, residente e domiciliado na Rua Dr. José Tavares da Silva, 04, Candelária (San Valle), Natal-RN, CEP 59.066-260, e por sua Diretora de Administração e Finanças, SIMONE VALERIANO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade nº. x.xxx.658 - ITEP/RN, inscrita no CPF sob nº. xxx.83x.3xx-4x, residente e domiciliada na Av. Antônio Basílio, 2203, Ed.; Saint Paul, apto. 605, Natal - RN, CEP: 59.056-901, firmam o presente ACORDO, para operacionalização do programa de estágio do Governo do Estado, na forma do Art. 116, da Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, e em consonância com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e Portaria SEARH nº 032/2009 e condições fixadas nas cláusulas abaixo e Plano de Trabalho anexo, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Termo de Apostilamento tem como objeto o remanejamento/distribuição de vaga, para atender demandas atuais desta Empresa, permanecendo a mesma quantidade de vagas estabelecidas no Acordo de Cooperação Nº 05/2021 (08 vagas) e na forma do Anexo I, nos seguintes termos:

I - Remanejamento de 01 (uma) vaga do curso de Administração para o curso de Turismo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Arts. 65, § 8º e 116 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO :

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Acordo de Cooperação nº 05/2021. E, para firmeza e prova de assim haverem, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo de Apostilamento é assinado eletronicamente pelos Representantes da Contratante.

Natal, 22/10/2021

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30

RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30

SIMONE VALERIANO DE OLIVEIRA

MARIA VIRGINIA FERREIRA LOPES

SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

ÁREA	Indicador Físico
	Quantidade
Administração	01
Turismo	04
Publicidade	02
Comunicação Social- Jornalismo	01

TERMO ADITIVO

Processo nº 12610022.001022/2021-08

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2021 DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MARKETING CELEBRADO ENTRE A EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÕES TURÍSTICAS - EMPROTUR E A EMPRESA SUPERACÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI.

A EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.202.792/0001-30, com sede no Avenida Senador Dinarte Mariz (Via Costeira), 6800 - Centro de Convenções de Natal, Ponta Negra, Natal/RN, CEP 59.090-002, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Diretor Vice Presidente, Senhor RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 1.xx.4x2 SESED/RN e do CPF nº xxx.xxx.xxx-35, residente e domiciliado à Rua Dr. José Tavares da Silva, 04, Candelária - San Valle, Natal/RN, CEP 59.066-260, e por sua Diretora de Marketing a Sra. MOLGA DE ARAÚJO DIAS FREIRE, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº. 1.xx4.9x9 ITEP/RN, inscrita no CPF sob nº. xxx.xxx.9x4-04, e a empresa SUPERACÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI, CNPJ nº. 22.xxx.xxx./0001-03, estabelecida na Rua Albacora, nº. 42, Praia da Pipa, Tibau do Sul - RN, CEP: 59178-000, neste ato representada por ERIVALDO DA COSTA VALE, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade R.G. n. 1.577.125 ITEP/RN e CPF/MF 033.601.064-82, doravante denominada CONTRATADA, que têm, entre si, acordado os termos deste contrato, Processo Administrativo SEI nº 12610022.001022/2021-08, vencedora da seleção mediante os termos e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do item 9.1 do contrato 19/2021, para que passe a contar com a seguinte redação:

9.1 - A Contratada deverá entregar até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação do serviço, de cada evento (21k de Pipa em 16 de Outubro de 2021 e 21k de Pipa Night Run, no dia 18 de Dezembro de 2021), ao Setor de Protocolo da EMPROTUR, Nota Fiscal dos serviços, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei 8.212/91 e alterações posteriores.

9.1.1 - Apresentada a nota fiscal de cada evento, acima mencionado, poderá ser tomadas as medidas necessárias para liquidação e pagamento da despesa de cada evento.

CLÁUSULA TERÇA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado e por estarem as partes de acordo,

para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Natal, 26 de outubro de 2021.

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A

CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30

RAFAEL VARELLA GOMES DA COSTA

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A

CNPJ/MF nº 10.202.792/0001-30

MOLGA DE ARAÚJO DIAS FREIRE

SUPERAÇÃO EVENTOS E TURISMO EIRELI

CNPJ nº. 22.289.624/0001-03

ERIVALDO DA COSTA VALE

TESTEMUNHAS: HYVIRNG FERREIRA; LINDOLFO JONAS BORGES FERREIRA

Secretaria de Estado da Tributação

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 00310082.001240/2021-99

ASSUNTO: REPACTUAÇÃO DE CONTRATO Nº 014/2021

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DE REPACTUAÇÃO DE VALORES

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado da Tributação celebrou com a firma WIPRO do Brasil Serviços LTDA, Contrato nº 014/2018, tendo como base legal a licitação na modalidade Concorrência Pública nº 001/2018-SET.

O Contrato foi celebrado em 28 de novembro de 2018, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2019, prorrogado por mais 12 (doze) meses para o período de 01 de janeiro de 2020 a 01 de janeiro de 2021, e Segundo Termo Aditivo para o período de 01 de janeiro de 2021 a 01 de janeiro de 2022, Consta do Contrato - Cláusula Quinta item 5.1: O reajuste será no mesmo período e percentual fixados em Convenção Coletiva de Trabalho, dos trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e similares no Estado do Rio Grande do Norte, homologado pelo Ministério do Trabalho.

Considerando que a Convenção Coletiva de Trabalho dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e similares no Estado do Rio Grande do Norte 2021/2022, protocolado no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº 13622.100386/2021-16 e número de Registro no MTE:RN000045/2021, concedeu um reajuste de 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento), (10307613), no valor da UDS (Unidade de Serviço) passando de R\$ 133,67 (cento e trinta e três reais e sessenta e sete centavos) para R\$ 140,96 (cento e quarenta reais noventa e seis centavos). A repactuação será contada da data do orçamento que a proposta se referiu, art. 40, XI da Lei Federal nº 8.666/93, o período de repactuação será de 19 de

março de 2021 a 31 de dezembro de 2021, ficando o contrato original acrescido em R\$ 397.421,64 (trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos), para o exercício de 2021, totalizando o contrato em R\$ 7.684.575,36 (Sete milhões seiscentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais trinta e seis centavos), haja vista o interesse do Estado em mantê-lo, porque há critério de conveniência administrativa.

As despesas decorrentes deste Termo de Apostilamento serão custeadas com recursos alocados na Lei Orçamentária Anual - LOA, a conta desta Secretaria de Estado da Tributação - SET, conforme Dotação Orçamentária: 22.131.04.122.5001.324101.0001, Natureza da despesa: 33.90.40, Sub elemento: 01, Fonte: 0.1.00

AUTORIZO O APOSTILAMENTO, em obediência ao § 8º do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, em sua atual redação, com o de acordo do Contratado, no valor de R\$ 397.421,64 (trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos), referente à repactuação do Contrato nº 014/2018, no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Publique-se e cumpra-se, Natal, 27 de outubro de 2021

Álvaro Luiz Bezerra - Secretário Adjunto da Tributação

De acordo: Edgy Eduardo Enéas de Arruda Paiva - Procurador da WIPRO do Brasil Serviços LTDA

RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 014/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA TRIBUTAÇÃO, E A EMPRESA DAM COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, PARA AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO EPI'S PARA RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS.

Processo nº 00310020.001261/2021-39

OBJETO - Aquisição de bens de consumo - EPI's, para retomada das atividades presenciais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Ata de Registro de Preços nº 8.5/2021 do Pregão Eletrônico nº 09/2021 - RP/SEAD/RN.

PRAZO DE VIGÊNCIA - O prazo de vigência deste contrato será de acordo com a validade dos produtos, contado da data da sua entrega, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial, este não poderá ultrapassar o exercício do crédito orçamentário de 2021.

VALOR - R\$ 600,00 (seiscentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 22.101.04.122.0100.250101.0001, Natureza da Despesa: 3390.30, Sub-Elemento: 47, Fonte: 0.1.00

Local e data: Natal (RN), 28 de outubro de 2021.

Assinaturas - Pela Contratante: Álvaro Luiz Bezerra - Secretário Adjunto da Tributação

Pela Contratada: Diego Armando Maradona Palácio da Costa - Diretor Geral da Empresa DAM Comércio Serviços e Representações LTDA

TESTEMUNHAS: Suely Machado da Câmara Gurgel - CPF: 365.684.734-72

João Paulo Viana Romão - CPF: 013.447.924-64

#EuUsoMáscara

Cuidando de mim, eu cuido de nós

O uso da máscara
é individual, a proteção
é para todos!



ans.gov.br
0800 701 9656